

**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

## **ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA**

Juliana Alves Pereira<sup>1</sup>

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tania Mara Zancanaro Pieczkowski<sup>2</sup>

Eixo temático: 2. Educação, cultura e linguagens: Estudos que abordam as relações entre linguagens cultura e educação

### **INTRODUÇÃO**

Ao longo da história pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços escolares. A escolarização de pessoas com deficiência é um advento relativamente recente, uma vez que até a década de 1960 no Brasil, aproximadamente, era “naturalizado” o fato de que pessoas com deficiência ficassem reclusas nas suas residências. Nessa concepção, a deficiência era localizada no sujeito, compreendido como alguém inadequado para o convívio social.

Segundo Lobo (2008, p. 13), pessoas com deficiência foram invisibilizadas. A autora faz referência a esses sujeitos nos seguintes termos: “os invisíveis da história, no entanto, sempre estiveram lá, nas poucas inscrições em que foi registrada a rápida passagem de suas existências por alguém que muito apressadamente se ocupou deles; dos feitos sem glória dessa gente sem fama, malposta, maldita e sempre malfalada”. Por conta dessa invisibilidade naturalizada, muitos adultos de hoje, com deficiência intelectual, tiveram negada a possibilidade de escolarização. Dessa forma, o descrédito na educabilidade dessas pessoas foi

<sup>1</sup> Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Unochapecó, na Linha de pesquisa 2 Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva. Integrante do Grupo de pesquisa Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas. Bolsista Unochapecó. E-mail:juliana.pereira@unochapeco.edu.br

<sup>2</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora, pesquisadora e, atualmente, coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação (Unochapecó), Mestrado e Doutorado. Integrante da Linha de Pesquisa Diversidade, interculturalidade e// educação inclusiva. Líder do Grupo de pesquisa Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas (Unochapecó). Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq -2 E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br

## IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

determinante para que muitas não tenham se apropriado da leitura e da escrita, porque não lhes era oportunizada essa aprendizagem, pois tais pessoas não tinham acesso à escola. A expectativa era ainda menor diante de adultos, pois segundo Chamberlain; Moss (1973, p. 13), no folheto denominado “Os três ‘R’ para o retardado: repetição, relaxação e rotina: um programa para o ensino da criança retardada no lar”, a aprendizagem seria pouco eficaz a partir da vida adulta.

Conforme a Política de Educação Especial de Santa Catarina (2018, p.37) pessoas com deficiência intelectual “são aqueles que apresentam déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático, com início no período do desenvolvimento”. Os quais muitas vezes precisam de mediação e orientação para se apropriar das aprendizagens.

No Brasil, o conceito de deficiência intelectual passou a ser usado a partir da Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual em 2004, que a define como:

[...] parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade, autodeterminação, igualdade e justiça para todos (Montreal, 2004, p. 02).

Para Caiado, Baptista e Jesus (2017), a Declaração de Montreal, se refere à deficiência intelectual como particularidade da diversidade humana, ao afirmar que “as pessoas com deficiências intelectuais, assim como os demais seres humanos, têm direitos básicos e liberdades fundamentais que estão consagradas por diversas convenções, declarações e normas internacionais” (Declaração de Montreal, 2004, p. 01).

Nas últimas décadas, a exclusão escolar de pessoas com deficiência, dentre elas, das que apresentam deficiência intelectual, deixa de ser naturalizada, em decorrência do avanço no campo dos direitos humanos e da multiplicação de movimentos inclusivos, seja na escola, seja na sociedade mais ampla, além de normativas legais que asseguram direitos educacionais para todos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (Brasil, 2008), assegura a inclusão escolar “de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino”.

A pesquisa buscará entender como os adultos com deficiência intelectual vivenciaram a aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo, a busca de estudos correlatos ao tema investigado a partir dos termos indutores *narrativas, aprendizagem da leitura e da escrita, pessoas com deficiência intelectual*, nos repositórios IBICT, Banco de teses e dissertações da CAPES e na ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino), indicam pouca produção acerca desse tema, o que atribui originalidade e relevância social e acadêmica à pesquisa em andamento.

Assim, justificamos a escolha pela temática de pesquisa devido aos anseios vivenciados nas práticas profissionais, seja na escola comum, seja em Centros de Atendimento Educacional Especializados - CAESPs. Contribuiu, para a definição da temática de pesquisa a constatação da satisfação que adultos com deficiência intelectual manifestam ao fazer uso da leitura e da escrita, especialmente ao acessar as redes sociais e estabelecer comunicação por meio delas. Indagamos quais outras possibilidades a leitura e a escrita propicia à pessoas com deficiência intelectual, o que buscamos responder com a investigação proposta.

Diante do exposto, este projeto tem como **tema**: *Adultos com deficiência intelectual e a aprendizagem da leitura e da escrita*. Partindo dessa temática emerge o seguinte **problema de pesquisa**: Como pessoas adultas com deficiência intelectual narram o processo de aquisição da leitura e da escrita na sua trajetória escolar e qual a relevância atribuída por elas e suas famílias a essa aprendizagem? O **objetivo geral** da pesquisa é compreender o processo de aquisição da leitura e da escrita e a relevância atribuída a essa aprendizagem na narrativa de pessoas com deficiência intelectual e suas famílias. O objetivo geral desdobra-se nos seguintes **objetivos específicos** como: a) Identificar especificidades no desenvolvimento e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual; b) Verificar como aconteceu o processo de aprendizagem da leitura e da escrita pelas pessoas com deficiência intelectual participantes



**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

da pesquisa; c) Analisar a relevância atribuída à leitura e à escrita pelos participantes da pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, na perspectiva pós-estruturalista. Serão adotadas entrevistas narrativas com adultos com deficiência intelectual e suas famílias vinculados ao Centro de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial CAESP de Xaxim (SC). As narrativas serão organizadas em agrupamentos temáticos<sup>3</sup> e posteriormente examinadas por meio da análise do discurso com inspiração foucaultiana. Segundo Andrade (2014, p. 175), a entrevista narrativa é uma “possibilidade de pesquisa pós-estruturalista em uma perspectiva etnográfica”, é compreendida como uma narrativa de si. Por meio de narrativas “é possível reconstruir as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de escolarização, pois falam de si, reinventando o passado, ressignificando o presente e o vivido para narrar a si mesmos” (Andrade, 2014, p. 176).

Assim, consideramos que o pesquisador não é capaz de estar em um local longe ou neutro do objeto que está pesquisando. Meyer e Paraíso (2014, p. 68) referem que são incluídas nas análises a participação dos pesquisadores, pois “as opções teóricas e metodológicas não ficam escondidas ou subentendidas e, sim, explicitadas e implicadas no processo de realização do estudo”.

Também serão realizadas *Rodas de Conversa* com familiares de pessoas adultas com deficiência intelectual, o que possibilitará compreender os impactos da aquisição da leitura e da escrita na vida dos filhos, situando essa aquisição na trajetória de escolarização em possíveis apoios familiares ou no processo protagônico dos próprios filhos, estimulados pelo uso das redes sociais.

<sup>3</sup> Termo adotado com base em Andrade (2014).

**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

## **DESENVOLVIMENTO**

Ao analisar o processo histórico da educação especial no Brasil são recentes as discussões em torno dos direitos das pessoas com deficiência. Segundo Mazzotta (1996, p. 15), “a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade”. Assim, ocorrendo por meio de ações isoladas, a conquista de alguns direitos das pessoas com deficiência pôde ser percebida por meio de indicativos nas políticas sociais.

Na Idade Média pouco se poderia falar sobre as ações ou conceituação da deficiência mental/intelectual e tais pessoas, algumas vezes eram percebidas como deuses e noutros momentos como castigo divino, conforme Pessoti (1984). No decorrer dos anos, essa concepção vem se modificando. Na modernidade as pessoas com deficiência passam a ser estudadas e compreendidas sob a concepção da medicina e realizados empreendimentos em busca da cura. Isso quer dizer que o olhar tem sido direcionado mais para a deficiência do sujeito do que para o sujeito que tem a deficiência, na sua integralidade.

Assim, ao longo dos tempos as pessoas com deficiência foram concebidas de diferentes maneiras. Na contemporaneidade as discussões sobre a singularidade humana ganham visibilidade, conforme Sardagna (2017, p. 37), direcionando a inclusão como forma de integração, movimento constituído por “[...]políticas, planos e legislações que se caracterizam por governar mediante orientação e a promoção de ações para participação das pessoas com deficiência na sociedade e na escola”.

Conforme Pieczkowski e Schwengber (2019, p. 115):

A educação especial brasileira inicia, seguindo uma tendência mundial, por meio da institucionalização, ou seja, da separação, da segregação de pessoas consideradas ‘estranhas’, diferentes, o que subjetivou a população para o medo, para o distanciamento, para visualizar a deficiência e não a pessoa que a possui, de forma integral.

Com isso, por muito tempo as pessoas com deficiência intelectual foram olhadas com descrédito em relação à sua educabilidade e escolarização, ou seja, como sujeitos que necessitavam ser *treinados* para apropriar-se de habilidades de vida diária e prática. As



## IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

primeiras instituições especializadas que as receberam segregavam pessoas com deficiência intelectual e não enfatizavam a escolarização, incluindo a leitura e a escrita, por desconsiderarem a sua capacidade de se apropriar das aprendizagens acadêmicas.

Mas, com o decorrer dos tempos, essa concepção vem se transformando e as pessoas com deficiência passam a expressar suas vontades e desejos nos diferentes ambientes. Uma situação que evidencia isso dentro dos Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAESP é quando os autodefensores (representante das pessoas com deficiência), falam por si, expressando suas necessidades e fazendo suas escolhas diante das temáticas abordadas. Assim, a *Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência* apresenta como lema “Nada sobre nós, sem nós” (Brasil, 2008, p. 16). As pessoas com deficiência se posicionam pelo direito de estar envolvidas nas decisões que lhes dizem respeito, apontado caminhos para construção de políticas e projetos em todas as áreas que os envolvam.

Outro ponto significativo é quando as pessoas com deficiência intelectual encontram uma forma de se comunicar e expressar seus desejos, fato vivenciado ao perceber o potencial de um educando surdo com deficiência intelectual que frequenta o - CAESP de Xaxim, que denominaremos ficticiamente de João. Esse educando não se apropriou da língua brasileira de sinais - LIBRAS e nem da leitura e da escrita da língua portuguesa, de forma convencional. Porém, esse desconhecimento o impulsionou a encontrar outras maneiras de se comunicar e percebeu nas tecnologias uma forma de expressar-se por meio de recursos visuais. Utilizando figuras ele consegue transmitir recados e manter um diálogo. Observar esse seu procedimento foi instigante pois, por meio de mensagens enviadas pelo *whatsapp*, ele busca imagens que representam o que deseja comunicar.

Destacamos que ao observar a forma como João explorou os *emojis* para se comunicar por meio do *Whatsapp*, evidencia que a aprendizagem ocorre ao longo da vida, e como a tecnologia tão presente no cotidiano favorece a comunicação. Assim, João beneficiou-se da comunicação, por meio de sua forma de escrita, fruto da sua invenção e criatividade.

Esse fato evidencia a importância do acesso à tecnologia, com destaque para o celular, objeto de interesse da maioria da população, permitindo expressar seus desejos e manter-se

**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

conectado com a sociedade. Mostra, também, que as pessoas com deficiência intelectual podem nos ensinar sobre si e encontrar possibilidades que outras não visualizam, evidenciando que a educação é contínua e favorece o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual no decorrer de suas trajetórias.

Constatamos, também, que outras pessoas com deficiência intelectual participantes do CAESP utilizam o celular para enviar mensagens por áudio ou escrever textos, em diferentes níveis de escrita. Tais educandos fazem uso de redes sociais, especialmente *Instagram* e *facebook*. Assim, compreendemos que o domínio da leitura e da escrita ganhou maior relevância nos últimos anos, porque representa uma necessidade dos sujeitos desse estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa está na fase inicial, sendo que até o momento foram realizadas buscas de publicações correlatas ao tema investigado, além do aprofundamento de leituras, especialmente com base no aporte foucaultiano, para compreender epistemologicamente, o tema de estudo. Isso nos permitiu compreender que a escola está organizada com base em padrões curriculares e disciplinares que, especialmente até algumas décadas, excluíram quem não atendia as expectativas padronizadas.

Atualmente, o movimento da educação é pela inclusão de todos na escola, porém algumas pessoas vivem as consequências da exclusão que, em alguns tempos, já foi naturalizada. Nesse sentido, Lopes e Fabris (2020, p. 43) afirmam que a normalização “parte do apontamento do normal e do anormal dado a partir das diferentes curvas de normalidade, para determinar a norma”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos iniciais acerca da temática mostram que pessoas com deficiência foram excluídas dos ambientes escolares até um período recente, ou seja, de aproximadamente cinco ou seis décadas. Salientamos que os sujeitos dessa pesquisa são mais jovens, na faixa etária de



**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

20 a 44 anos. Ou seja, tiveram a oportunidade de frequentar a escola comum e após essa vivência, retornaram ao CAESP, que se constitui num espaço de convivência e aprendizagem continuada. O que o estudo evidencia que a temporalidade é distinta no processo de aprendizagem de alguns estudantes, cujo tempo do currículo escolar pode não estar em consonância com o tempo necessário para algumas aprendizagens, a exemplo da leitura e escrita. Dessa forma, essa construção prossegue por caminhos distintos, potencializados pela necessidade de comunicação na sociedade contemporânea, na qual as tecnologias exercem um papel fundamental. Compreender como acontece essa busca continuada de pessoas com deficiência intelectual é o foco de nossa investigação.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Pessoas com Deficiência Intelectual. Inclusão escolar. Aprendizagem da leitura e da escrita.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 175-194.

BRASIL. Decreto legislativo nº 186, de 2008. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho-2008-577811-norma-pl.html>. Acesso: 07 de agosto de 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

CHAMBERLAIN, H. Naomi; MOSS, Dorothei, H. **Os três “R” para o retardado:** (repetição, relaxamento e rotina). Um programa para o ensino da criança retardada no lar. APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.



**IV SENPE**

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**23, 24 E 25/09**

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

MEYER, Dagmar Estermann. PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Dagmar Estermann Meyer, Marlucy Alves Paraíso, (organizadoras). - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MONTREAL. **Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual**. Montreal – Canadá OPS/OMS – 06 de outubro de 2004. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/declaracao\\_montreal.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/declaracao_montreal.pdf). Acesso: 10 de agosto de 2024.

PESSOTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência/ Isaías Pessoti**. – São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; SCHWENGBER, Ivan Luís. **Manifestações docentes sobre “esse tipo de aluno”**: uma reflexão sobre educação especial à luz de Foucault e Adorno. Polyphōnia. Revista de Educación Inclusiva Publicación científica del Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva de Chile Vol. 3, Núm.3, p. 112-131. Disponível em: <https://revista.celei.cl/index.php/PREI/issue/view/14> Acesso em: 08 de ago. 2024.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação especial**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SARDAGNA, Helena V. Dos processos de integração educacional das pessoas com deficiência. In: THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana (Orgs). **Educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo**. 1. Ed. Curitiba: Apris, 2017. p. 37-58.

